



A ETNICIDADE NA LEITURA DE PROCESSOS CULTURAIS E COMUNITÁRIOS

Adriano Malikoski*

Resumo

Este artigo tem a pretensão de discutir o entendimento de etnicidade na leitura de processos culturais e comunitários. Dentre esses processos estão a organização de escolas étnicas nos diversos núcleos de imigrantes no Rio Grande do Sul até 1938. O pressuposto que norteia essa investigação é que a identidade étnica se manifesta em condições processuais de sentido, contribuindo para que uma produção cultural seja configurada e construída de acordo com uma determinada forma. Dentre os autores utilizados, estão Barth (1976), Villar (2004) e Kreutz (2004), que desenvolvem um entendimento processual de etnicidade. Metodologicamente procedemos na análise biográfico-narrativa de autores que desenvolvem o tema na perspectiva da história cultural. Acreditamos que as conjunturas sociais e comunitárias são transpassadas pelas representações da realidade na construção de um processo identitário, que está intrinsecamente relacionada com a etnicidade.

Palavras-chave: *Etnicidade; Cultura-étnica; Ensino Étnico.*

Abstract

This article purports to discuss the understanding of ethnicity in the reading of cultural and community processes. Among these processes are the organization of ethnic schools in different groups of immigrants in Rio Grande do Sul, until 1938. The assumption which underlines this research is that ethnic identity is expressed in sense procedural conditions, contributing to a cultural production can be configured and constructed in accordance with a particular way. Among the authors used are Barth (1976), Villar (2004) and Kreutz (2004), who develop a procedural understanding about ethnicity. Methodologically, it is proceed the biographical-narrative analysis of authors who develop the theme the cultural history perspective. It is believed that social and community contexts are transfixed by the representations of reality in the construction of an identity process, which is intricately linked to ethnicity.

Keywords: *Ethnicity; Ethnic culture; Ethnic education.*

*Adriano Malikoski

Licenciado em Filosofia e Mestre em Educação
pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

adriano.malikoski@hotmail.com

Considerações Iniciais

O movimento migratório no Séc. XIX e início do Sec. XX transformou os espaços e a formação do território do Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo do tempo foram formadas práticas sociais e comunitárias, como sistemas de ensino, estabelecidos em diferentes perspectivas de acordo com os períodos históricos e os espaços configurados pela atividade humana. Da chegada de grupos de imigrantes ao Estado, como italianos, alemães e poloneses, a organização de comunidades homogêneas proporcionou a organização de instituições escolares com especificidades étnicas. As formas de condução desses processos, que de algum modo responderam suficientemente aos anseios da comunidade, foram práticas estabelecidas de acordo com as formulações dadas pela etnicidade nessas instituições.

Por meio de uma leitura biográfico-narrativa, a cultura étnica tem se tornado uma importante categoria de análise sobre processos de ensino de grupos sociais, com seus desdobramentos que permanecem na alçada de competências da história cultural. No Estado do Rio Grande do Sul, as pesquisas de processos escolares de imigrantes têm sido amplamente desenvolvidas em diferentes aspectos, privilegiando a compreensão da etnicidade como atravessamento que influencia os sujeitos nas tomadas de decisões e de formação de seus processos culturais. A leitura desses processos a partir da junção entre o étnico o cultural, em uma categoria de análise, coloca-nos a pensar sobre qual entendimento de etnicidade nos alicerçamos na condução das pesquisas e na relação com a empiria das fontes sobre os processos escolares.

Este artigo tem a pretensão de discutir o entendimento da etnicidade na leitura de processos culturais e comunitários, para a construção de narrativas históricas sobre processos de ensino étnico entre imigrantes no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, entendemos que a escola é um local de produção e também de reprodução de uma cultura, fundamentada nas transformações, reinvenções ou reconfigurações da etnicidade e, por assim dizer, da própria cultura. Assim, a partir de autores como Barth (1976), Certeau (1985) e Kreutz (1999), entendemos etnicidade e cultura como processos dinâmicos que estão sempre em movimento e não são fixos. A partir do referencial teórico de autores da História Cultural e da etnicidade podemos sistematizar um entendimento dos múltiplos aspectos, que envolvem o tema cultura e etnicidade. Reportamo-nos à pesquisa biográfico-narrativa como metodologia por meio de referências que desenvolvem suas reflexões sobre essa temática. Dessa forma, acreditamos que uma narrativa é elaborada através da interação metodológica com as fontes, postulando um caráter também processual da ciência, entendendo que o conhecimento é contingente e possível até onde os instrumentos disponíveis do método podem alcançar.

O Processo cultural-étnico e o processo identitário: reconfigurações e transformações dos processos sociais

Para Meyer (2012, p. 50), a educação deve ser pensada como um conjunto de processos onde indivíduos são transformados ou se transformam em sujeitos de sua cultura. A educação sendo um conjunto de processos que está inerente a uma cultura escolar e no caso de um grupo social, a cultura tem seu apoio em conjunções étnicas que são a perspectiva latente em que se desenvolvem os processos identitários no plano individual. Conforme visto a formação de um sistema de ensino tem as marcas das configurações étnicas e identitárias de um coletivo social e, que, por isso, tais processos considerados móveis e não fixos, não permanecem neutro a essas mudanças e transformações.

A identidade étnica é fonte de onde provêm os sentidos das representações da realidade no imaginário social. Essa aproximação do processo étnico, do processo identitário com a formação de comunidades, na perspectiva da cultura ajuda a compreender o processo escolar em seus significados a partir da formação das coletividades, aqui em especial a dos imigrantes no Estado do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, enquanto que no coletivo a organização social de um grupo pressupõe estar relacionado às transformações do processo étnico e cultural, o indivíduo, enquanto sujeito, participa igualmente das transformações de sua identidade. Nesse sentido, Hall (2006, p. 9) afirma que apesar de estarmos em tempos de uma fragmentação identitária, em que velhas identidades estão em declínio no mundo pós-moderno e que não podemos afirmar que existam identidades ditas estáveis, os indivíduos constituem seus processos culturais dentro de uma perspectiva comunitária étnica e de processos identitários. Os sentidos encontrados nessas representações atuam no imaginário social a partir da formação de um processo étnico e cultural. Porém, este processo não tem um fim em si mesmo. Ele é construído na justa medida em que acontecem mudanças sociais, políticas e culturais, atuando na formação das representações existente no imaginário de cada indivíduo.

Concordamos com Hall (1990, p. 222), que “em vez de pensarmos a identidade como um fato consumado [...] devemos pensar [...] que a identidade é uma ‘produção’, que nunca está concluída, sempre em construção, e sempre constituída dentro, e não fora, da representação”. Entendemos por representação, a relação subjetiva entre o indivíduo e a realidade em seus significados construídos. De nossas representações do mundo elaboramos os sentidos sobre os quais vamos construindo nosso processo identitário. A identidade tanto diz respeito ao passado como ao futuro, é um *posicionamento* face à história, à cultura e à sociedade (Hall 1990 p. 225/226). Disso concerne que a identidade está ligada a um discurso social de identificação sendo um produto da imaginação humana. Porém, não é uma mera ilusão de ordem imaginária.

Toda e qualquer identidade é confirmada no discurso social e reproduzida no cotidiano dos grupos sociais. Ainda em Hall (2006, p. 12), a concepção pós-moderna de identidade é uma “celebração móvel” formada e transformada continuamente sendo definida historicamente: “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos da vida”. Kreutz (2003, p. 82), pontua que cultura e identidade não podem ser pensadas como um produto dado ou como um sistema fechado, nato com o sujeito dentro de certo espaço temporal. Mas sim, como um elemento dinâmico que agrega significados que não são fixos, mas, entendidos como processo. O real passa a ser construído a partir do simbólico e nos sentidos de representação existentes no mundo e em seus fenômenos. O processo identitário é um elemento constitutivo da dinâmica social que interfere na construção de significados e nas formulações étnicas e culturais

As concepções de mundo devem ser interpretadas a partir da significação cultural na relação efetiva com sua identidade. A escola passa a ser um espaço que busca a interação cultural e a identificação desses processos. Sejam eles culturais étnicos ou identitários. Melo e Grassi, (2007, p. 2) ponderam que as identidades são sempre entendidas como o modo encontrado pelos grupos sociais para afirmar uma determinada concepção de sociedade ou de cultura no espaço representacional, partilhando igualmente uma dimensão processual.

Para Scott (1989, p.16), fazendo uma relação de gênero e identidade, as identidades são subjetivas e exigem a supressão das ambiguidades e dos elementos diferenciadores para assegurar um consenso e até uma compreensão comum da mesma maneira em que os sistemas de significação são processos de diferenciação e de distinção. Ou seja, “O sujeito se encontra num processo constante de formação e construção” (Scott 1989, p. 16). Em Silva (2000, p. 69), no contexto que hoje abrangem as chamadas discussões do multiculturalismo e que passam a distinguir os diferentes grupos sociais entre si, identidade e cultura passam a designar, uma conexão com a produção da diferença de acordo com a teorização pós-estruturalista. Cultura e identidade somente podem ser compreendidas como um processo social discursivo. Há uma apropriação de termos de significados que alcançam um processo de diferenciação também na linguagem. O discurso forma a conexão do processo identitário com os modos de produção literária e discursivos na sua apropriação de sentidos e significados.

Para Pesavento (2008), a identidade acontece no campo relacional e da identificação da alteridade:

As identidades são (...) campo de pesquisa para a História Cultural. Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro. (PESAVENTO, 2008, p. 89).

De acordo com Pesavento (2008) a “elaboração identitária” se dá na relação com o Outro, nas identificações de reconhecimento ou não das relações de proximidade com o real. Neste sentido, entendo que identidade é um processo sócio-discursivo-relacional caracterizado por elemento agregador que atua na reinvenção de características étnicas, estabelecendo certo sentido na integração dos imigrantes com o meio em que vivem.

Entretanto, autores como Hall (2006), Chartier (1991) e Burke (2005) alertam que há sempre incertezas e indeterminação de pressupostos para explicar as contingências da realidade histórica. A interpretação dos grupos étnicos delimita muitos sentidos e significados devido à diversidade de discursos e de culturas. Essa própria contingência dos pressupostos explica a necessidade de um conjunto teórico-metodológico que amplie as discussões exigindo que o discurso cultural-étnico seja aceito como categoria de análise para compreensão dos grupos sociais, delimitando diversos caminhos e conexões por onde devemos trilhar para construir uma narrativa.

No entanto, o processo identitário por razões históricas está intimamente ligado à ideia de etnicidade. Para Barth (1976), em sua teoria sociológica, afirma que a identidade só é mantida e conservada se existir uma relação de satisfação com o que lhe é atribuído, caso contrário, os indivíduos renunciarão a esta identidade em favor de outras identidades mais vantajosas. De acordo com Barth (1998, p. 201/203), os *fatores ecológicos* e a demografia são alguns referentes que condicionam e determinam as opções étnicas dos sujeitos, ou seja: são condicionantes da existência humana. Neste sentido, entendemos que a formação dos núcleos comunitários em lugares isolados influenciou nas configurações do processo de formação de escolas. “Ecologia e demografia são fatores cruciais que determinam o êxito ou o eventual fracasso das opções, das decisões e das estratégias relativas à identidade étnica”. (BARTH 1998, p. 201/203) Segundo Villar (2004), este é um dos cerne da teoria barthiana aliada à relatividade dos conceitos de etnia e identidade. Em algumas situações é mais vantajoso para os atores sociais trocar sua identidade étnica no sentido de evitar possíveis fracassos, em que existam identidades alternativas, consistindo num “trânsito” de uma identidade à outra. A etnicidade por sua vez, também está em constantes reelaborações.

Como constatado, acreditamos que a etnicidade não é definida por conjunções biológicas e sim formada no desenvolvimento do processo histórico pelos grupos que possuem uma mesma origem, pode ser étnica ou mesmo comunitária. A questão espacial, a língua, a demografia e até mesmo a ecologia são apenas condicionantes externos da etnicidade. Não podem delimitar ou determinar uma definição de etnicidade. Para Eriksen (1993, p. 6/7), a etnicidade é a construção social baseada numa diferenciação cultural que se produz das classificações sociais elaboradas a partir de relacionamentos transacionados socialmente designando a especificidade da ancestralidade, da cultura e da língua. Para Lapierre, (1998, p. 11) a concepção de etnicidade possui uma abordagem mais sociológica, não sendo simplesmente um conjunto de “traços

culturais” imutáveis como crenças, valores, símbolos, ritos ou língua, transmitidos de geração para geração: “ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir”. Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 183), em “*Teorias da Etnicidade*” afirmam que a etnicidade não é uma qualidade inerente ao pertencimento, adquirida no nascimento, é um processo contínuo de diferenciação entre grupos na interação social.

As diferenças culturais são estabelecidas nas condições em que são atribuídas categorias de inclusão e exclusão. Os sentidos subjetivos e a realidade objetiva dessas categorias de inclusão e exclusão são as propriedades da organização social. Portanto, não existem categorias a priori que definem que um indivíduo pertence a este ou aquele grupo. Não é algo exterior que os denomina, mas suas percepções a partir de si próprios, baseados numa autoatribuição de características e categorias étnicas. Estes somos “nós” e esses são “eles”. Essa percepção do étnico como autoatribuição de categorias diferenciadoras ajuda a perceber que o grupo social étnico forma-se nas representações e nos sentidos estabelecidos com o mundo.

Portanto, o que distingue um grupo social de outro são as percepções que cada qual possui de si e dos outros na interação social. Esta interação do étnico com a realidade da organização social dos grupos e com os processos identitários manifesta-se nas crenças, símbolos e mitos que os grupos sociais possuem ou serão formados nos seus usos e costumes.

Ainda segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998) o debate contemporâneo sobre etnicidade têm como ponto de partida a crítica ao modelo primordialista, que postula que as especificidades das identificações étnicas estão amparadas por qualidades primordiais dotadas de significação inefável e imutáveis. Ou seja, haveria ligações intrínsecas de afinidade natural que caracterizariam uma solidariedade coercitiva, atribuindo a estas ligações o sentimento de sagrado e de caráter fundamental e primária. Segundo o modelo primordialista a interação social é descaracterizada no processo constitutivo da etnicidade.

Porém, baseado em Barth (1976) e Villar (2004), acreditamos que não podemos excluir a interação social do processo de constituição da etnicidade. Ela se justifica justamente na identificação de diferenças na interação dos grupos sociais, atuando na formação das identidades dos indivíduos.

Outro ponto de debate atual é o caráter mais dinâmico do que estático da etnicidade. A etnicidade é definida como uma estrutura variável, não sendo uma qualidade ou propriedade inerente a um grupo, mas uma forma de organização, cuja importância varia com as épocas e situações. Disso resulta que seu conteúdo ou suas significações podem sofrer transformações e redefinições. (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998).

Um terceiro ponto de discussão das teorias atuais, segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998), é que a etnicidade possui um caráter mais relacional do que essencial. Ou seja, a

formação de uma identidade étnica implica que exista a identificação de opostos ou de diferentes. Prioriza uma comunicação cultural que estabelece fronteiras entre os grupos.

O reconhecimento dessa identidade se estabelece nos referenciais de identificação e de diferenças. Hannerz (1997) pondera que os limites das fronteiras interétnicas no mundo são traçados pela vivência na perspectiva dos múltiplos processos identitários e culturais sem serem muitas vezes baseados na sujeição dos indivíduos numa ordem fixa e estável. De acordo com Hannerz,

[...] a liberdade da zona fronteiriça é explorada com mais criatividade por deslocamentos situacionais e combinações inovadoras, organizando seus recursos de novas maneiras, fazendo experiências. Nas zonas fronteiriças, há espaço para a ação no manejo da cultura. (HANNERZ, 1997, p. 24).

Ainda em Hannerz (1997) a cultura movimenta-se em fluxos contínuos que remetem os indivíduos a retomarem as constantes readaptações de seus traços culturais conforme as influências recebidas ou projetadas. Esse trânsito de fluxos que sujeitam as culturas atua na reelaboração dos processos étnicos e identitários nos grupos sociais. Tal constatação comprova a afirmação de que um processo escolar étnico é influenciado pelos processos e formas com que a cultura é produzida num fluxo constante de influências entre os grupos sociais. Disto consiste que a cultura é incluída num processo dinâmico de construção. Ela movimenta-se no sentido de que os atores sociais precisam inventar, refletir e transmitir os significados e sentidos culturais. Esse pensar e refletir sobre a cultura em muitos casos acaba por reinventá-la gerando culturas ditas híbridas nas fronteiras interétnicas que é o local de embate e contraposição de culturas. Esta aproximação de construções étnicas dentro das fronteiras e a transformação dos processos identitários constitui a forma do fazer cultura e, como consequência direta, um processo escolar que expressa sentidos e reelaborações identitário-étnico-cultural híbrida.

Ainda segundo Barth (1986), a utilização mais plausível do termo etnicidade é o conceito de organização social que estabelece fronteiras interétnicas baseada em contrastes e diferenças seletivas nas quais se organizam as identidades e também as interações sociais. A etnicidade é um elemento agregador que interfere diretamente na formação das identidades, o que leva a crer que existe certa confusão com características herdadas biologicamente. Um processo de ensino pode ser considerado como resultado desses processos e transformações

Na introdução da obra de sua organização, “Grupos Étnicos e suas Fronteiras”, Barth afirma que a bibliografia antropológica geralmente utilizava-se do termo étnico para designar uma população que possui características biológicas perpetuadas e que compartilha valores culturais fundamentais dentro do grupo. Possuem instrumentos de comunicação e interação comuns se identificando ou sendo identificados em categorias que representam a constituição de diferenças. Para Barth (1998, p.189), nessa compreensão de cultura, identidade e etnicidade, está em um relativo isolamento ao fenômeno da diversidade cultural. Produzindo supostamente

um mundo de povos separados por um dito pertencimento que delimita a relação problemática e híbrida, estabelecidas nas fronteiras interétnicas. Como diria Barth (1998, p. 190) cada povo seria uma ilha constituindo-se culturalmente e socialmente. Portanto o que Barth (1976, 1998) defende na sua concepção de etnicidade, a partir de sua etnografia dos povos *Pathans, I* é uma teoria formal e relativista transformada na relação não menos conflituosa nas fronteiras intersociais, sendo, portanto, o fundamento e a base para a constituição das identidades. Podemos notar que identidade, etnicidade e cultura produzem efeitos na formação social dos indivíduos, como também no processo identitário individual. E um processo não exclui o outro: estão sempre relacionados em fluxos permanentes de sentidos. Podemos afirmar que há um sistema dinâmico que produz transformações no próprio grupo social.

Entretanto, o processo identitário por seu caráter dinâmico, faz com que o sujeito possua a liberdade de se desvencilhar de sua identidade-étnica no momento que mais lhe convém, se esta apresentar problemas. O sujeito encontra uma maneira de fugir da ordem se mostrando insubmisso ao que lhe é imposto. (CERTEAU, 1985, 1998). As mudanças identitárias e étnicas acontecem quando para os indivíduos a situação não corresponde mais às expectativas sociais, criando uma tensão entre indivíduo e sociedade, formando nova situação de transformações. Assim, o que importa não é considerar ou exaltar a cultura étnico-identitária dos imigrantes, mas sim, os processos históricos de sua formulação que deixaram marcas e significados no seu sistema de ensino.

O ponto crucial da teoria barthiana é considerar que as pessoas criam o significado do étnico na interação social e que para isso concorrem as ações e decisões dos indivíduos, de seu processo identitário. Assim, o processo escolar étnico se forma na interação dialógica que determinado grupo possui de si próprio na consciência do que são característicos de seu processo identitário e cultural. O termo étnico é uma apropriação de processos e práticas construídos na perspectiva relacional.

Porém, concordamos com Villar (2004, p. 184) que as formulações barthianas seriam mais completas se nas relações entre o ser humano e a vida em sociedade admitisse também um caráter involuntário, onde sujeitos permanecem com uma identidade étnica ou se submetem a ela mesmo que seja inconveniente estrategicamente. Existem casos empíricos, por exemplo, de minorias em face de majorias que possuem um status inferior, em que indivíduos ou grupos permanecem com uma identidade mesmo que dela não resulte nenhum benefício. A etnicidade pode responder também às motivações valorativas, afetivas ou tradicionais. Existem motivações pessoais bem como expectativas que podem ser coletivamente condicionadas: “Como se sabe desde Freud, Durkheim, Marx e Nietzsche, as “opções” e as “escolhas” dos indivíduos não se fazem em um vazio psicológico e muito menos em um vazio sociocultural”. (VILLAR, 2004, p. 185)

¹ Tribos nômades que habitam o leste do Afeganistão e ao Oeste do Paquistão. Estão na origem de 53% dos povos afegãos. (Fonte: A Avihail e A Bri, *Lost Tribes da Assíria*, 1978).

Neste sentido, a etnicidade pode ser considerada um processo estruturado em condições históricas e que os grupos sociais nem sempre possuem uma simbiose perfeita ou complementar em contato com outros grupos num ambiente de disputas e competição. O poder se expressa de forma desigual, (FOUCAULT, 1987, 2000), que submete os indivíduos nas relações desse poder em um discurso e como diria Certeau (1985), também numa relação estratégica.

Entendemos com Kreutz (1999, p. 80), que o étnico, “é um elemento de diferenciação social”, que influencia a formação da vida social e na sua organização: “o étnico concorre para que a história se concretize de acordo com uma determinada forma”. Porém, não desconsideramos essas transformações que reformulam também o étnico e os processos identitários formando a cultura como produto dessas relações.

A educação por sua vez é transpassada pelas representações da realidade na construção de um processo identitário, que está intrinsecamente relacionada com a etnicidade. A formação identitária, entendida como processo variável, tem por concepção que a dimensão étnica e cultural também é constituída por um processo formado a partir das visões de mundo e das representações da realidade.

O processo étnico-cultural e a formação de comunidades escolares entre imigrantes

O processo de formação das escolas étnicas foi uma reelaboração da exteriorização de sentido nas relações humanas na luta contra a sua situação de abandono governamental em que se encontravam os imigrantes em relação à educação em meados do séc. XIX e início do séc. XX. Dessa situação forma-se um processo de ensino. A dimensão interacionista e dinâmica das relações humanas com o mundo é que estabelecem as bases para a formação da cultura e conseqüentemente a produção de identidades nos espaços de ensino e aprendizagem. Neste sentido, Kreutz (1999) ao afirmar que:

A dimensão cultural dos diversos grupos humanos não se dá no abstrato, por assim dizer num vazio social. Ao contrário, ela é relacional, ela se manifesta nos símbolos, nas representações e nas valorizações dos grupos, concorrendo na organização dos grupos e da vida social. (KREUTZ, 2001, p. 122).

A dimensão étnico-cultural é construída num processo relacional, e assim a organização da vida social depende de suas representações e afirmação que cada indivíduo possui da realidade.

A escola e a educação participam desta afirmação do processo identitário que visa solucionar as tensões apresentadas no campo cultural bem com as necessidades mais elementares de alfabetização e ensino. Certamente o discernimento de pertencimento étnico-cultural é um elemento importante para a formação do indivíduo, de suas relações e da

sociedade como um todo acontecendo na apropriação das representações dialógicas com a alteridade.

Esse processo de interação acontece necessariamente no campo das relações, com o meio e com a alteridade, em contraste com as diferenças de outros grupamentos sociais a partir do que lhe é próprio, ou seja, a sua identidade étnica.

Considerando a dimensão universal das relações humanas, o pertencimento étnico e seu senso é um fenômeno inerente ao processo de formação identitária e de representação no imaginário coletivo. A necessidade de escolas era alfabetizar e instruir e conseqüentemente interagir com mais eficiência no meio social com outros grupos de imigrantes. A cultura, necessariamente, forma-se da busca do encontro do indivíduo com o meio social e com seu processo identitário.

A forma de educar de um grupo sempre pressupõe a formação de indivíduos, inseridos em uma sociedade ou em um estado que correspondem aos anseios e afirmações de diferenças, construídas a partir dos grupos e comunidades, ligados pelo sentimento de pertencimento.

Nessa realidade, que influencia os desejos e o processo identitário, de forma espontânea forma-se a escola. Entretanto, o sujeito é também processual que se constitui a partir do que é mais conveniente dentro de uma atitude dialógica com a alteridade e com as representações de seu contato com o mundo real e nas relações de poder. A educação acontece no campo das relações, na relação direta do “Eu” com os outros na dinâmica da alteridade com as representações.

A vida no campo empírico passa a designar, em múltiplos aspectos, todas as características das sensações e por conseqüência formamos as representações. Uma igreja, uma sociedade e uma escola são a expressão e satisfação de necessidade de cultura e instrução. Porém, revelam o resultado da relação do ser com o outro e com os entes que compõem seu imaginário social numa relação processual: “(...) é o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido e se forjam os significantes do mundo social”. (CHARTIER, 1988, p. 27).

Os sentidos do mundo, a busca por um desenvolvimento social e suas representações em processos culturais e comunitários continua a envolver as pessoas em sociedades. Para entender a dinâmica de estruturação da vida dos imigrantes nos núcleos rurais e as conseqüências dessa forma de organização, é extremamente importante ter presente o conceito de comunidade e sua implicação na vida social.

Entretanto, a constituição de processos culturais, étnicos e identitário, estão para a formação de comunidades em meio rural e urbano no Rio Grande do Sul. De acordo com Eriksen (1993) o processo pelo qual os grupos étnicos se desenvolvem, é mais importante que a estrutura que sustenta sua existência, tais como língua, modos de vivências, isolamento social, convivência ou quaisquer outros rótulos que os delimitam. Podem dizer sobre, mas não definem um grupo étnico.

Segundo Thomas e Znaniecki (1968, p. 3/4), há um momento de decisão e de valoração que antecede a decisão do indivíduo estabelecida em relação a uma situação dada. Sua integração a uma comunidade passa necessariamente pela avaliação efetiva das circunstâncias em que esta decisão possa ser tomada. Como diria Certeau (1985), os sujeitos fazem releituras das circunstâncias. Uma verdade ou uma afirmação é estrategicamente reelaborada para oferecer vantagens para os indivíduos. O sujeito constrói outra forma de conhecimento a partir do que lhe imposto.

De acordo com Bauman (2003, p. 87) com o Liberalismo e o Nacionalismo houve uma incompatibilidade entre estado-nação e a autoafirmação liberal com o conceito de comunidade étnica. Isto é, as comunidades étnicas não poderiam possuir distinções culturais e identitárias dentro de um projeto Liberal Nacionalista. As comunidades étnicas tiveram apenas duas escolhas: assimilar a cultura dominante ou simplesmente ser absorvido por ela. Por exemplo, no Brasil em meados da década de 30 as escolas étnicas foram suplantadas pelo plano de Nacionalização do Ensino. A cultura escolar étnica foi compulsoriamente substituída por uma cultura nacional. Como diria Bauman (2003, p. 7), não houve espaço para a conjuntura do diferente. A palavra comunidade, simplificada poderia ser empregada, sem qualquer ingenuidade, como vida em comum, sendo um espaço de solidariedade efetiva entre os membros. A comunidade seria a segurança em meio às hostilidades da vida moderna.

Para Castells (1999, p. 84) os interesses dos membros é a fonte de formação das comunidades. Neste sentido, assim como em Hall (2006), a formação das comunidades são fontes de identidades. O processo identitário comunitário pode ter simplesmente a intenção de manter alguns valores que para a comunidade torna-se sinônimo de resistência frente a processos globalizantes, aliados a sentimento de pertencimento.

Entretanto, segundo Bauman (2003), quando as filiações comunitárias históricas já não fazem sentido para um grupo social há reformulação de valores pelos quais os grupos constituem seus processos culturais e comunitários.

À medida que as velhas certezas e lealdades são varridas para longe, as pessoas procuram novas filiações. O problema com as novas histórias de identidade, em claro contraste com as velhas histórias da filiação natural diariamente confirmada pela solidez aparentemente invulnerável de instituições profundamente estabelecidas, é que “a confiança e o compromisso têm que ser trabalhados em relações cuja duração ninguém garante, a menos que os indivíduos decidam fazê-las duradouras”. (BAUMAN, 2003, p.90).

Assim, as escolhas e decisões do grupo é que forma valores duradouros na formação de comunidades e também da etnicidade. Para Frúgoli Jr. (2003, p.108) o conceito de comunidade é uma reconstrução simbólica do passado supostamente perdido. Coexiste no contexto com distintas sínteses e ressignificações. Seria uma “referência simbólica” vinculada às práticas concretas numa estratégia discursiva, porém, com fins estritamente políticos. Para Weber (1973,

p.142) o termo comunidade abrangeria situações de grupos que possuem fundamentos afetivos e tradicionais. A comunidade só se mantém quando uma ação recíproca referida traduz um sentimento afetivo de formar um todo. Para Ferdinand Tönnies (1973, p. 97) a comunidade é uma unidade completa de vontades humanas que possuem uma ligação natural e necessária que determina que diferentes indivíduos vivassem em uma relação de dependência uns dos outros. Segundo Buber (1987, p. 34) a vida é valorada quando os indivíduos vivem em comunidade. Naturalmente os indivíduos almejam viver em comunidade.

A comunidade, com a pluralidade dos estilos de vida, forma-se em torno de recursos políticos, econômicos e até mesmo psicológicos de uma circunstância. Ou seja, os indivíduos se adaptam às comunidades com base em valores e vantagens das mais diversas ordens: econômica, intelectual, psicológica, política, religiosa, que fazem parte de seu processo étnico. Neste sentido, segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998) é possível a integração de diferentes indivíduos em uma vida natural comum.

A comunidade étnica é uma fonte específica de processos identitários Essa entendida sempre no plural. As comunidades formam-se da necessidade de compartilhar valores simbólicos e fraternais que fazem parte das representações da realidade dos indivíduos sendo uma estrutura social de processo identitário e étnicos. É uma estratégia pela qual os grupos sociais visam atribuir características valorativas que julgam importantes no desenvolvimento social do grupo. Porém, os sujeitos não são passivos, apesar de que em algum momento isto se apresente como verdadeiro e com maior intensidade: o indivíduo produz coisas novas em relação às transformações de sua cultura.

Considerações finais

É importante ressaltar que o grupo étnico não reúne simplesmente traços culturais. A produção cultural por si só, não determina a existência étnica. Porém, é consequência de seu processo de transformações e reformulações. O grupo étnico transversalisa a existência da produção de traços culturais a partir das escolhas dos indivíduos, diretamente relacionados com seus processos identitários. Porém, é coerente afirmar que para pesquisar um grupo étnico, necessariamente pesquisamos suas produções culturais. A etnicidade bem como as identidades, é uma escolha e não simplesmente uma constatação. É ingênuo acreditar que os traços culturais, o isolamento espaço-social ou até mesmo rotulações externas possam definir o que é um grupo étnico. A escolha de uma identidade étnica é circunstancial e processual, tendo um caráter subjetivo e dinâmico. A pesquisa das comunidades étnicas deve pressupor um estudo de um processo social e cultural. Entretanto, as práticas de formação de uma comunidade, não seguem um itinerário de um rótulo étnico ou cultural simplesmente numa relação de dependência afetiva. Ela vai um pouco mais além: torna-se uma estratégia de sobrevivência ou mesmo de

adaptação social, que produz cultura e identidade. Ela se torna uma circunstância de expressão tanto da cultura-étnica e dos processos identitários. A dimensão étnico-comunitária é construída num processo relacional, e assim a organização da vida social depende de suas representações e afirmação que cada qual possui da realidade cultural. Dessa forma, compreendemos que a comunidade étnica é formada a partir das decisões dos indivíduos que possuem uma mesma conjuntura cultural, por exemplo, a língua e costumes.

Entretanto, a conjuntura étnica parte de um pressuposto de processo. As decisões dos indivíduos de pertencimento étnico estão ligadas a valores e a vantagens sociais que essa opção representa. Essa relação de processo pode ser aplicada também a formação de comunidades. Quando cessam os valores e as vantagens da formação dessa comunidade, em quais ocorre um processo inverso de fragmentação e dissolução desses antigos valores sociais ou até mesmo morais, essas comunidades são reformuladas ou dissolvidas em novas escolhas, com novos valores, admitindo-se também um permanente fluxo de influências e processos de hibridação dessa cultura e de formação de novas comunidades. Essa situação advém da relação do plano de transformação individual de cada sujeito. A formação identitária está relacionada com a conjuntura étnica e comunitária. O étnico e o comunitário contribuem para formação do processo identitário de cada indivíduo e por consequência de todas as suas produções culturais.

Nesse sentido, o processo de construção de sistemas coletivos culturais, carrega em si as marcas e a configuração dada pela etnicidade. As produções culturais ou associativas, como comunidades, possuem uma relação direta com os valores e conhecimentos importantes para um mesmo grupo étnico. No Rio Grande do Sul, até 1938 existiram escolas com especificidades étnicas, como a língua escrita e falada de diferentes grupos, atreladas ao desenvolvimento de valores trazidos com os imigrantes de suas terras de origem e que formaram e transformaram os espaços das localidades de destino. Essa cultura se encontra presentes ainda hoje em muitos municípios do estado do Rio Grande do Sul, continuando a congregar pessoas e a ser transformada continuamente. A etnicidade é fonte de configuração das atividades humanas nos espaços sociais.

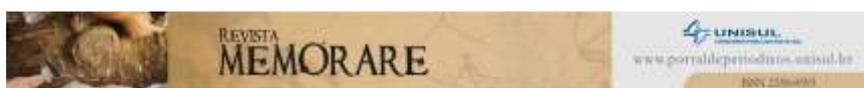
Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. **Nomads of South Persia: the Basseri tribe of the Khamseh confederacy.** Illinois: Waveland Press, 1986.

_____. Introdução. In: Barth, Fredrik. (org.). **Los grupos étnicos y sus fronteras.** México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

_____. **Grupos étnicos e suas fronteiras,** In POUTIGANT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 185 – 228.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.



BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **Teoria de Método no Estudo das Práticas Cotidianas**. In SZMRECSANYI, Maria Irene (Org.), **Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano – Anais do Encontro** – São Paulo: FAU/USP, 1985. p. 3 – 19.

_____. **Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução - Maria Manuela Galhardo. Lisboa, 2. ed., Difusão Editorial S.A., 1988.

_____. **O mundo como representação**. In **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, n.11, v. 5, 1991.

ERIKSEN, Thomas Hylland. **Ethnicity and anthropological perspectives**. Londres: Pluto Press, 1993

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 2000.

_____. **As palavras e a coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HALL, Stuart. **Cultural identity and Diaspora**”, In J. Rutherford Identity, Londres: Lawrence & Wishart, 1990. p. 222-237

_____. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11º Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HANNERZ, Ulf: **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. In *Mana - Estudos de Antropologia Social*, v. 3, n. 1, Rio de Janeiro: PPGAS – Museu Nacional – UFRJ, 1997. p. 7-39

LAPIERRE, Jean-William. **Prefácio**, In POUTIGANT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **As teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

KREUTZ, Lúcio. **Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil**. In: Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.) **Educação no Brasil**. Coleção Memória da Educação, São Paulo: SBHE, 2001. p. 119 – 144.

_____. **Diferenças étnicas e educação intercultural: a partir de que entendimento de etnicidade?** In *Séries-Estudo – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande: UCDB, 2003.

_____. **Identidade étnica e processo escolar**. In: *Caderno de Pesquisas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. n. 107, 1999.

_____. **O Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã**. Pelotas: Seiva, 2004.

MELO, Daniel e GRASSI, Marzia. **Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração.** Lisboa: Working Papers – ICSUL, 2007.

MEYER, Dagmar Estermann. **Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero.** In MEYER, Dagmar Estermann e PARAISO, Marlucy Alves. (orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 47 – 62.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural.** 2ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POUTIGANT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **As teorias da Etnicidade.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses.** In Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, p. 12-34, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria Cultural e Educação: um vocabulário crítico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais.** In: FERNANDES, Florestan. (org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96 -116.

THOMAS, William I. e ZNANIECKI, Florian. **Il contadino polacco in Europa e in America.** Milano: Edizioni di Comunità, 1968.

VILLAR, Diego. **Uma abordagem crítica do conceito de etnicidade.** In Mana – Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS – Museu Nacional – UFRJ, vol.10, n° 1, 2004.

WEBER, Max. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização.** In: FERNANDES, Florestan. (org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.